



EVOLUÇÃO E LIMITES DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO RURAL AGROAMIGO NO MUNICÍPIO DE ANGICOS NO RIO GRANDE DO NORTE

LIMITS AND EVOLUTION OF THE RURAL PROGRAM MICRO-CREDIT AGROAMIGO IN ANGICOS MUNICIPALITY IN RIO GRANDE DO NORTE

EVOLUCIÓN Y LÍMITES DEL PROGRAMA DE MICROCRÉDITO RURAL AGROAMIGO EN EL MUNICIPIO DE ANGICOS EN EL RIO GRANDE DO NORTE

Cleilma Roberta A. A. Silva

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN

E-mail: cleilmaroberta_m@hotmail.com

Joacir Rufino Aquino

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN

E-mail: joaciraquino@yahoo.com.br

RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar a evolução e os limites do Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO no município de Angicos/RN, no período de 2006 a 2012. Para tanto, recorreu-se ao levantamento de dados estatísticos e a informações obtidas via entrevistas com os agentes mediadores responsáveis pela organização da oferta de crédito rural na localidade. O trabalho mostra que o referido programa, do ponto de vista operacional, está consolidado no município objeto da pesquisa. Todavia, apesar do crescimento do número de contratos e do volume de recursos aplicados, tal política tem se caracterizado por uma baixa diversificação das atividades financiadas e uma reduzida integração com outras ações governamentais de apoio ao desenvolvimento rural, o que tem limitado seus efeitos socioeconômicos.

Palavras-chaves: agricultores familiares pobres; microcrédito rural; PRONAF; Nordeste.

ABSTRACT:

The purpose of this paper is to analyze the evolution and the limits of the rural program micro-credit Agroamigo in Angicos/RN municipality from 2006 to 2012. For thus, we resorted statistical data production and information obtained through interviews with responsible mediators for organizing the provision of rural credit in the locality. The work shows that the program, the operational point of view, is consolidated in the studied district. However, despite the growth in the number of contracts and the amount of resources applied, such a policy has been characterized by a low diversity of funded activities and little integration with other government actions to support rural development, which has limited its socioeconomic effects.

Keywords: poor family farmers; rural microcredit; PRONAF; Northeast.

RESUMEN:

El objetivo de este trabajo es analizar los avances y los límites del programa de Microcrédito Rural Agroamigo en el municipio de Angicos/RN, de 2006 a 2012. Para tanto, hemos utilizado la encuesta de datos estadísticos y la información obtenida a través de entrevistas con agentes mediadores responsables de la organización de la oferta de crédito rural en la localidad. El trabajo muestra que el programa, desde un punto de vista operativo, se consolida en el municipio objeto de la investigación. Sin embargo, pese al crecimiento en el número de contratos y el volumen de los fondos, esta política se ha caracterizado por una baja diversificación de las actividades financiadas y una integración reducida con otras acciones del gobierno para apoyar el desarrollo rural, lo que ha limitado sus efectos socioeconómicos.

Palabras clave: agricultores familiares pobres; microcrédito rural; PRONAF, Nordeste.

1 INTRODUÇÃO

O AGROAMIGO é um programa de microcrédito rural pioneiro no Brasil criado com a missão de operacionalizar a linha de financiamento destinada ao produtor do Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), aquele de mais baixa renda, localizado na região Nordeste e no norte de Minas Gerais. Por meio de uma metodologia própria, cuja principal característica é a presença de um assessor de microcrédito nas comunidades, busca inserir o pequeno agricultor no mercado e, com isso, tentar melhorar a sua renda (BNB, 2013).

Tendo em vista as características de seus clientes, o referido programa desenvolveu uma sistemática de operação diferenciada, que prioriza o atendimento especializado ao microempreendedor rural (BNB, 2011). Além disso, ele “busca potencializar os resultados do apoio creditício aos(as) agricultores(as) familiares, atuando conjuntamente com programas do Governo Federal de forma integrada às demais políticas públicas” (BNB, 2012, p. 13).

Alguns estudos evidenciam que, depois da implantação do AGROAMIGO, a inadimplência caiu significativamente no Nordeste, saindo do patamar de 60% em determinadas localidades para o nível médio de 3%, mostrando que os agricultores que são atendidos por tal metodologia operacional vêm cumprindo com o dever de honrar os seus pagamentos em dia, podendo assim no futuro elevar seus limites de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), principal agente operador dessa modalidade de crédito (ABRAMOVAY, 2012; MAIA; PINTO, 2015; VITAL; MELO, 2015).

Cabe ressaltar que os agricultores familiares pobres, clientes do microcrédito rural, podem teoricamente realizar empréstimos para desenvolver qualquer tipo de atividade geradora de renda no campo ou em aglomerado urbano próximo da propriedade, sejam elas agrícolas, pecuárias ou atividades não agrícolas, a exemplo do turismo rural, comércio, serviços, artesanato, entre outras.

A evolução do perfil da carteira ativa do AGROAMIGO nos últimos anos indica que o Programa vem ampliando sua presença no território nordestino (AQUINO; BASTOS, 2015; BNB, 2013; MAIA *et al.*, 2012; MAIA; PINTO, 2015). No Rio Grande do Norte (RN), conforme Nunes *et al.* (2015), o número de contratos do microcrédito rural também aumentou significativamente, saltando de 2.375 empréstimos realizados, em 2005, para 21.485 operações efetivadas, em 2012.

Argumenta-se com frequência no meio governamental e em trabalhos acadêmicos (BNB, 2011; 2012; 2013; PEREIRA NETO, 2012) que a expansão do referido programa tem sido bem-sucedida ao atingir a maioria dos agricultores pobres nos municípios nordestinos, contribuindo para diversificar a renda das famílias e, dessa forma, melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda.

Entretanto, será que os objetivos da política citada até aqui estão sendo realmente alcançados? Até que ponto os empréstimos realizados estão contribuindo para universalizar o acesso ao crédito e diversificar as atividades produtivas das famílias pobres no campo? Quais as especificidades dos investimentos realizados entre os agricultores e as agricultoras familiares?

Diante desses questionamentos, visando contribuir com o debate sobre o tema a partir de evidências de um estudo de caso, o objetivo geral do presente artigo é analisar a evolução e os limites operacionais do Programa AGROAMIGO no município de Angicos/RN, no período de 2006 a 2012. Especificamente, o trabalho objetiva:

- a) fazer um balanço geral das condições de operacionalização do AGROAMIGO;
- b) analisar a evolução das aplicações financeiras do Programa no município de Angicos, de 2006 a 2012; e
- c) verificar o tipo de atividade produtiva financiada na localidade e discutir a sua capacidade de promover melhorias nas condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres.

Para tanto, foram realizadas pesquisa bibliográfica e levantamento de dados estatísticos junto à carteira ativa de clientes do AGROAMIGO no BNB. Em seguida, os referidos dados, obtidos através da Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), foram organizados em tabelas e gráficos e completados com informações adicionais extraídas de entrevistas¹ realizadas em fevereiro de 2014 com os mediadores locais da política avaliada: o assessor de microcrédito rural, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e o chefe do escritório da EMATER situado na localidade estudada.

A estrutura do texto está dividida em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. A segunda seção faz um balanço geral da operacionalização do AGROAMIGO na área de abrangência do BNB, buscando verificar o seu comportamento em uma perspectiva panorâmica. A terceira seção trata das características gerais do município de Angicos. Já a quarta seção, por seu

¹ Na pesquisa de campo, foi utilizado um roteiro de entrevistas onde as mesmas perguntas foram respondidas individualmente pelos representantes das instituições encarregadas da gestão e divulgação do AGROAMIGO no município de Angicos/RN. Após a realização das entrevistas, as gravações foram transcritas e, em seguida, seus conteúdos foram analisados a fim de identificar detalhes da percepção dos atores sobre o funcionamento e efetividade do Programa.



turno, analisa a evolução dos contratos e o volume dos recursos aplicados pelo programa em tela no espaço geográfico angicano.

2 ORIGEM, OBJETIVOS E OPERACIONALIZAÇÃO DO AGROAMIGO

O programa de microcrédito produtivo AGROAMIGO foi criado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 2005, sendo operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em termos organizacionais, assenta-se em três pilares, a saber: informação, confiança e capacidade de fazer cumprir os contratos. Ademais, sua metodologia de trabalho pretende equalizar dois problemas que marcaram a linha de microcrédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF B): a predominância das operações de crédito em atividades pecuárias e o elevado índice de inadimplência dos produtores pobres (ABRAMOVAY, 2012; AQUINO; BASTOS, 2015; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006; MAIA; PINTO, 2015).

O AGROAMIGO nasceu a partir da experiência acumulada pelo BNB na área de microfinanças voltada aos empreendedores de baixa renda. Como explica Pereira Neto (2012, p. 239): “Inspirado no modelo do Crediamigo, o programa conta com metodologia própria adaptada às condições do meio rural, que propicia atendimento personalizando aos seus clientes, com orientação e acompanhamento do crédito em todo o ciclo do negócio, que se traduz em melhores resultados para o programa e para os seus beneficiários.”

Tal política foi formulada, então, por meio da adaptação da tecnologia de empréstimo do microcrédito orientado urbano (CREDIAMIGO) para a realidade rural. De acordo com o BNB (2012, p. 8), entre seus objetivos destacam-se:

- I. Atender com crédito gradativo e sequencial;
- II. Conceder crédito orientado e acompanhado;
- III. Agilizar o processo de concessão do crédito;
- IV. Expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente;
- V. Atender ao cliente na própria comunidade, por meio do Assessor de Microcrédito Rural;
- VI. Atender integralmente ao cliente, buscando a identificação das necessidades de outros serviços microfinanceiros;
- VII. Promover a inclusão financeira do agricultor familiar e o acesso ao Banco;
- VIII. Sensibilizar os agricultores familiares quanto à importância da educação financeira; e

IX. Conscientizar os agricultores quanto a necessidades de exploração sustentável do meio ambiente.

O público do AGROAMIGO são os agricultores familiares mais pobres da região Nordeste e do norte de Minas Gerais, que constituem o chamado Grupo B do PRONAF. Assim, para ter acesso aos recursos do programa, eles precisam obter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e atender aos seguintes critérios de enquadramento (AQUINO; BASTOS, 2015; BNB, 2012): explorar parcela da terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; residir na propriedade ou local de próximo; possuir no máximo quatro módulos fiscais de terra; não manter empregado permanente admitindo-se o recurso eventual à ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; e obter renda bruta anual familiar até R\$ 20 mil, sendo no mínimo 50% desse montante proveniente da exploração agropecuária ou extrativista.

Uma vez atendidos tais critérios, os agricultores familiares do Grupo B podem pleitear empréstimos de até R\$ 3.000,00 para investir em suas atividades produtivas, com uma taxa de juros de 0,5% ao ano, tendo ainda o prazo de dois anos para pagar a dívida com um ano de carência. Além disso, ao fazer o pagamento em dia, o produtor pode ganhar até 25% de desconto do valor devido. Ou seja, se o agricultor obtiver um financiamento de R\$ 3.000,00 e realizar a quitação do débito no prazo estabelecido, ele pagará apenas 75% do valor contratado (R\$ 2.250,00), ganhando assim um bônus de adimplência de R\$ 750,00.

Abramovay (2012, p. 370) explica que o Brasil é o único país do mundo em que bancos públicos fazem empréstimos subsidiados a agricultores pobres, com base em recursos do Tesouro Nacional, isentando as organizações financeiras de qualquer risco. O resultado é que as populações rurais, nas localidades mais pobres do território brasileiro, começaram a receber apoio tendo acesso ao crédito para poder investir em suas pequenas propriedades.

Nesse sentido, a tabela 01 mostra a distribuição das agências do BNB pelos estados do Nordeste e de Minas Gerais. Nela, nota-se que o estado da Bahia é o que apresenta o maior número de Unidades de Atendimento ao público do AGROAMIGO, com 32, e, em seguida, o Ceará, com 24 unidades. O estado de Alagoas dispõe somente de oito agências aptas a operar tal modalidade de empréstimo, ficando em último lugar com 5% dos pontos de atendimento. Já o Rio Grande do Norte (RN) conta com 11 Unidades de Atendimento (6% do total), que são responsáveis por garantir a oferta das linhas de financiamento rural e demais serviços financeiros nos 167 municípios do estado. Nessas unidades, os clientes contam com uma estrutura de apoio onde a figura central é o assessor de microcrédito rural.



Tabela 01: Distribuição das Unidades de Atendimento do AGROAMIGO no Nordeste e em Minas Gerais (2012)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO (UF)	UNIDADES DE ATENDIMENTO (UA)	%
Alagoas	8	5
Bahia	32	20
Ceará	24	15
Maranhão	15	9
Minas Gerais	12	7
Paraíba	13	8
Pernambuco	16	10
Piauí	16	10
Rio Grande do Norte	11	6
Sergipe	13	8
TOTAL	160	100

Fonte: BNB (2013)

De acordo com Maciel *et al.* (2009), os assessores de microcrédito são formados em Escolas Técnicas e capacitados através de um curso de 120 horas/aula, com metodologia participativa sobre o assunto que irão trabalhar. Na visão de Abramovay (2012), o papel do assessor de crédito é transmitir ao empreendedor rural conselhos técnicos de forma simples, algo decisivo para viabilizar atividades econômicas ao alcance das capacidades das comunidades rurais, onde estão localizados os agricultores mais pobres.

O assessor recebe treinamento específico para exercer, entre outras atividades, as seguintes funções: entrevistar potenciais clientes, elaborar propostas simplificadas de crédito, orientar os tomadores de crédito na aplicação dos recursos obtidos e garantir o pagamento das parcelas do financiamento sempre em dia. Após a entrevista, para que o financiamento seja liberado, o produtor diz qual o seu objetivo com o crédito e o assessor negocia o prazo e o valor do financiamento. Em seguida, a proposta é entregue na agência do BNB onde é analisada pelo Comitê de Crédito da agência. Caso seja aprovada, o assessor deve estar presente quando da contratação da operação e da liberação dos recursos (MAIA; ROITMAN; DE CONTI, 2012).

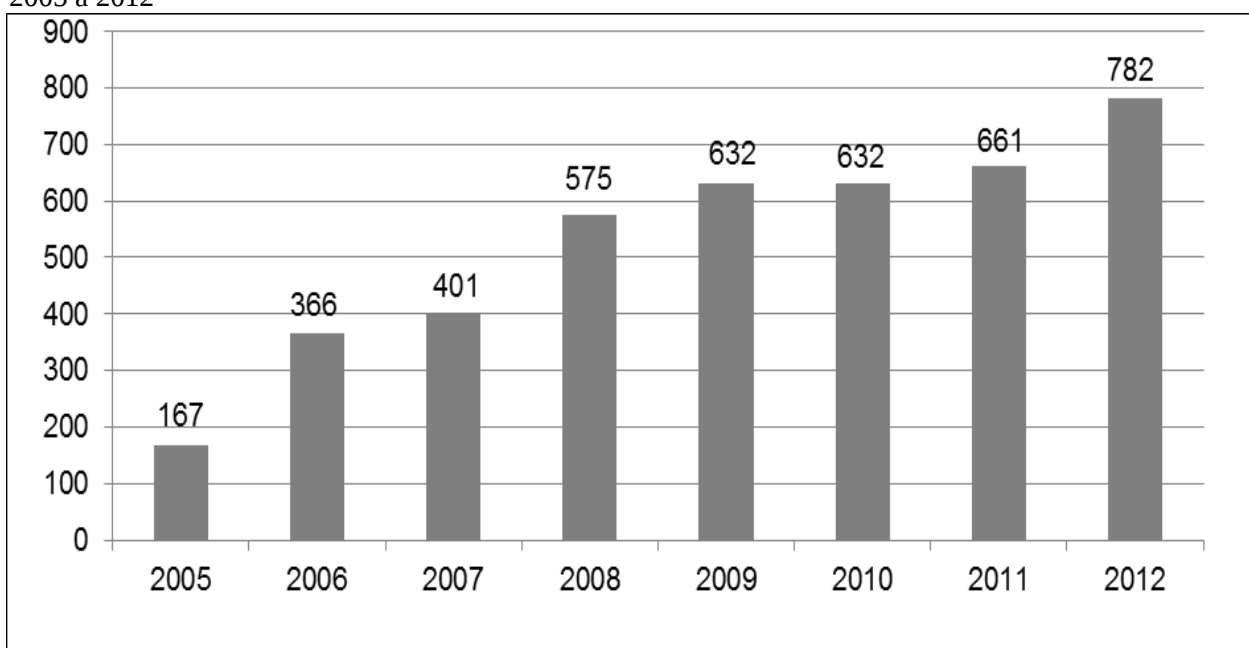
Para Abramovay (2012, p. 379), a evolução do AGROAMIGO depende da proximidade do assessor de crédito com o agricultor situado na base da pirâmide social do campo. Segundo esse autor:

A base da nova tecnologia de empréstimo está na proximidade e no conhecimento pessoal que existe entre o assessor de crédito e o agricultor. O agricultor não tem mais a relação impessoal com uma instância que não pertence a sua vida cotidiana e que lhes serve apenas de meio de chegada do dinheiro: o banco. Ter acesso ao crédito depende agora da elaboração de um projeto na companhia de alguém que pertence a sua comunidade. O assessor de crédito é um técnico agrícola que procura transmitir ao tomador do empréstimo a ideia de que os recursos não lhe são atribuídos simplesmente por um 'direito', mas como parte de um projeto de geração de renda.

A metodologia operacional da política em foco pressupõe, assim, que os assessores construam uma relação de confiança com os agricultores, deixando-os à vontade para tomar as decisões em relação ao investimento que será feito, sendo os mesmos acompanhados por visitas técnicas e reuniões nas comunidades para a verificação da correta aplicação dos recursos assegurados junto ao banco, deixando a cargo dos órgãos oficiais de assistência técnica (EMATERs) as demais funções relativas ao desenvolvimento das unidades produtivas atendidas.

O gráfico 01, a seguir, destaca a evolução do número de assessores de crédito contratados para operacionalizar o AGROAMIGO nos municípios nordestinos e mineiros. Em 2005, ano de implantação do programa, havia apenas 167 assessores. Sete anos depois, o programa já contabilizava 782 funcionários para este fim, o que representa uma taxa de crescimento de 368% ao longo do período analisado.

Gráfico 01: Evolução do número de assessores do AGROAMIGO na região Nordeste e em Minas Gerais, 2005 a 2012



Fonte: BNB (2013)



Apesar da representatividade dos números apresentados no gráfico em destaque, deve-se observar que a oferta de assessores de crédito está aquém da demanda potencial existente na área de abrangência do BNB. Isto porque, segundo Aquino *et al.* (2011), os estados nordestinos e Minas Gerais abrigam em seus territórios mais de 1,8 milhões de estabelecimentos do Grupo B, superando em muito a capacidade de ação dos 782 assessores disponíveis, que, nessa configuração, teriam que atender em média algo em torno de 2.300 produtores anualmente. Este descompasso entre oferta e demanda pode comprometer a qualidade dos serviços prestados e reduzir os efeitos produtivos do programa, conforme sugere a análise dos autores referenciados aqui.

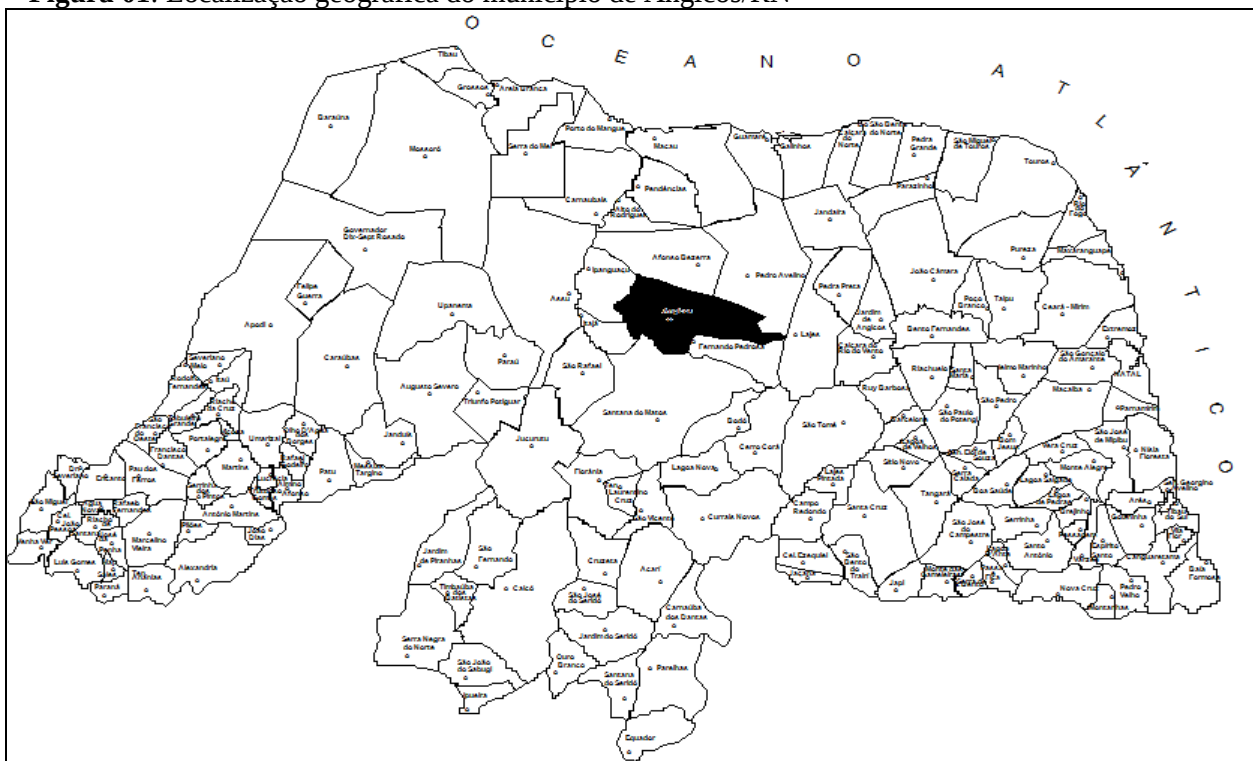
Em relação a esse aspecto, Abramovay (2012) enfatiza que o crescimento do número de operações padronizadas aumenta realmente o risco de inadimplência. No entanto, com a nova tecnologia de empréstimo, que estimula a proximidade entre o agricultor familiar pobre e o assessor de crédito, é possível controlar o crescimento da taxa de inadimplência e aumentar as chances de estimular empreendimentos inovadores geradores de renda, além do mero incentivo as atividades pecuárias tradicionais.

Assim sendo, para analisar na prática esse e outros aspectos associados à operacionalização do AGROAMIGO, será investigado nas seções seguintes como se deu a evolução recente dessa política no pequeno município de Angicos, localizado no semiárido potiguar, onde buscar-se-á entender melhor a dinâmica do processo de liberação do crédito e verificar até que ponto está ocorrendo a diversificação das atividades financiadas.

3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS/RN

Angicos é um município da mesorregião Central Potiguar, microrregião de Angicos/RN. De acordo com informações do IDEMA-RN (2008), foi desmembrado de Assú em 11 de abril de 1833. Entretanto, a sua emancipação foi suprimida pela Lei Provincial nº 26, de 28 de março de 1835, sendo restaurada logo depois, em 13 de outubro de 1836, pela Resolução Provincial nº 9.

Com uma área de 745,14 km², conforme mostra a figura 01, limita-se com os municípios norte-rio-grandenses de Ipanguaçu (Oeste), Afonso Bezerra e Pedro Avelino (Norte), Lajes (Leste), Fernando Pedroza e Santana do Matos (Sul) e Itajá (Sul e Oeste). A sede do município está situada a 5° 39' 56" de latitude sul e a 36° 36' 04" de longitude oeste. A altitude é de 110 m acima do nível do mar e a distância rodoviária até a capital do RN, Natal, é de 171 km (IDEMA-RN, 2008).

Figura 01: Localização geográfica do município de Angicos/RN

Fonte: FIERN (2000)

O município de Angicos, no ano de 2010, contabilizava 11.549 habitantes. Do total da população recenseada, 12,68% residia na zona rural e 87,32% habitava o espaço urbano local (PNUD, 2013). Encravado numa das áreas mais secas do semiárido potiguar, ficou conhecido nacionalmente, em 1963, por sediar a experiência pioneira do método inovador de alfabetização de adultos desenvolvido pelo educador Paulo Freire.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estrutura agrária angicana era constituída por 179 estabelecimentos agropecuários. Entre eles, 54 (30,17%) pertenciam à agricultura não familiar e 125 (69,83%) à agricultura familiar (IBGE/SIDRA, 2012).

No ano de 2006, conforme indica a tabela 02, aproximadamente 42% dos agricultores familiares angicanos estavam enquadrados no Grupo B do PRONAF, ou seja, eram potenciais beneficiários do AGROAMIGO. Este número considera todos os produtores que na época tinham



rendimentos anuais até R\$ 3.000,00.² A partir das novas regras do Plano Safra 2013/2014, como o limite de renda dos “pronafricanos” do tipo B foi elevado para R\$ 20.000,00, é bem provável que um percentual muito maior de agricultores familiares angicanos esteja enquadrado nos limites de financiamento do programa.

Tabela 02: Estratificação da agricultura familiar no município de Angicos – 2006

TIPOS DE AGRICULTORES FAMILIARES	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	%
Familiar Grupo B	52	41,6
Familiar (exceto Grupo B)	73	58,4
TOTAL	125	100,00

Fonte: Tabulação especial do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012)

Quanto à prestação de serviços financeiros, existem em Angicos duas agências bancárias (Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil - BNB) e dois correspondentes bancários: os correios (correspondente bancário do Banco do Brasil) e uma lotérica (correspondente bancário da Caixa Econômica Federal). Além disso, está sendo implantada uma miniagência do Bradesco que funcionará apenas de duas a três vezes por semana. As operações na área de crédito rural no município são realizadas pelo BNB, principal responsável pela execução do AGROAMIGO em nível local.

4 EVOLUÇÃO E LIMITES DO AGROAMIGO NO MUNICÍPIO DE ANGICOS DE 2006 A 2012

O início das operações do AGROAMIGO no município de Angicos/RN ocorreu em 2006. Ao longo dos primeiros sete anos de vigência do programa na localidade, conforme mostra a Tabela 3, foram assinados 222 contratos que alcançaram o montante de R\$ 419.130,00. Nesse período, o menor número de empréstimos ocorreu em 2009, com apenas 10 operações realizadas e R\$ 18.500,00 aplicados. Algo que chama atenção é o fato de que o maior número de contratações e,

² Para uma análise dos critérios de estratificação adotados para classificar os agricultores familiares e o público potencial do PRONAF no Censo Agropecuário 2006, ver: Aquino *et al.* (2011); Aquino e Lacerda (2014); Del Grossi e Marques (2010) e IBGE/SIDRA (2012).

consequentemente, o maior valor investido, ter ocorrido em 2012 – ano cuja seca na região central do RN teve um impacto devastador sobre as atividades agropecuárias³.

Os dados da tabela 03 indicam ainda que, mesmo em um município de pequeno porte como é o caso de Angicos, o AGROAMIGO não tem conseguido universalizar o atendimento aos agricultores familiares pobres. De 2006 a 2012, foram assinados em média 32 contratos por ano, o que representa um número bem abaixo da demanda potencial de microcrédito estimada em 52 produtores do Grupo B do PRONAF, conforme consta na Tabela 2 exposta na seção anterior. É provável, porém, que esta situação esteja sendo superada, haja vista o crescimento recente das operações.

Tabela 03: Evolução do programa AGROAMIGO no município de Angicos – 2006 a 2012

ANO	OPERAÇÕES CONTRATADAS	VALOR (R\$ 1,00)
2006	26	25.428
2007	35	50.341
2008	18	25.691
2009	10	18.500
2010	24	45.685
2011	52	110.985
2012	57	142.500
TOTAL	222	419.130

Fonte: BNB (2013)

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação

De forma particular, a manutenção e expansão das operações do programa analisado no município de Angicos, em 2012, foram possíveis graças a uma atuação diferenciada do BNB, que foi obrigado, por força dos impactos causados pela estiagem que atingiu o semiárido potiguar, a mudar temporariamente o seu foco de trabalho. Conforme explica o assessor de microcrédito lotado na sede da instituição angicana:

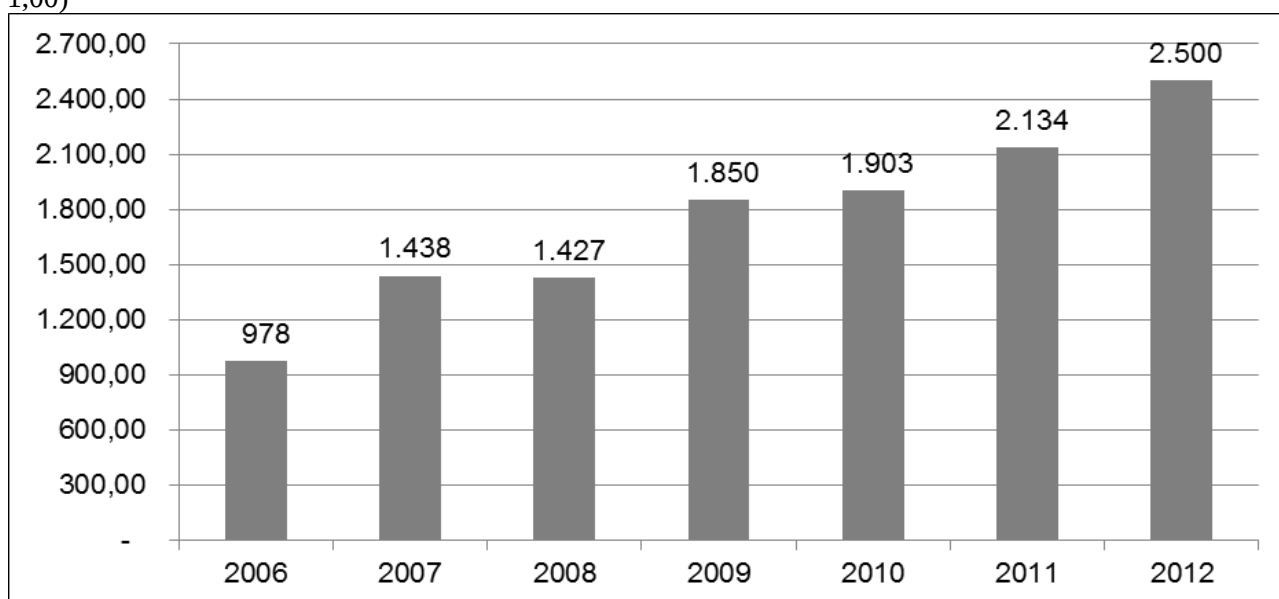
Em 2012, foi criado um programa federal de amparo aos atingidos pela seca, o crédito de estiagem. Então, se criou uma grande demanda por operações de investimentos estruturantes para as propriedades. Além disso, nesse ano foi estabelecido que só podiam ser comprados animais de pequeno porte, como, por exemplo, galinhas, porcos, ovinos e caprinos. O restante do investimento era para custeio e para investir em cercas, canos de irrigação e bombas para irrigação (Entrevista concedida em fevereiro de 2014).

³ Segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), em 2012, praticamente a totalidade dos 167 municípios do RN foram assolados pela estiagem, pois em 89% deles (incluindo Angicos) o regime de chuvas foi classificado como “muito seco” ou “seco” (EMPARN, 2014).



No gráfico 02, elaborado a partir do cruzamento dos valores expressos na tabela anterior, é possível observar que o valor médio das aplicações do AGROAMIGO no território angicano também vem crescendo no transcorrer do período analisado. De fato, nota-se que quando o programa iniciou suas operações na agência do BNB de Angicos os valores médios dos contratos eram de R\$ 978,00. Já nos anos seguintes, esse montante foi ampliado significativamente, saltando para R\$ 2.500,00 por produtor beneficiado, em 2012. Ao considerar o ano inicial e o ano final da série estatística obtêm-se uma taxa de crescimento de 156% dos valores médios dos contratos.⁴

Gráfico 02: Valor médio dos contratos do AGROAMIGO no município de Angicos – 2006 a 2012 (Em R\$ 1,00)



Fonte: BNB (2013)

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação

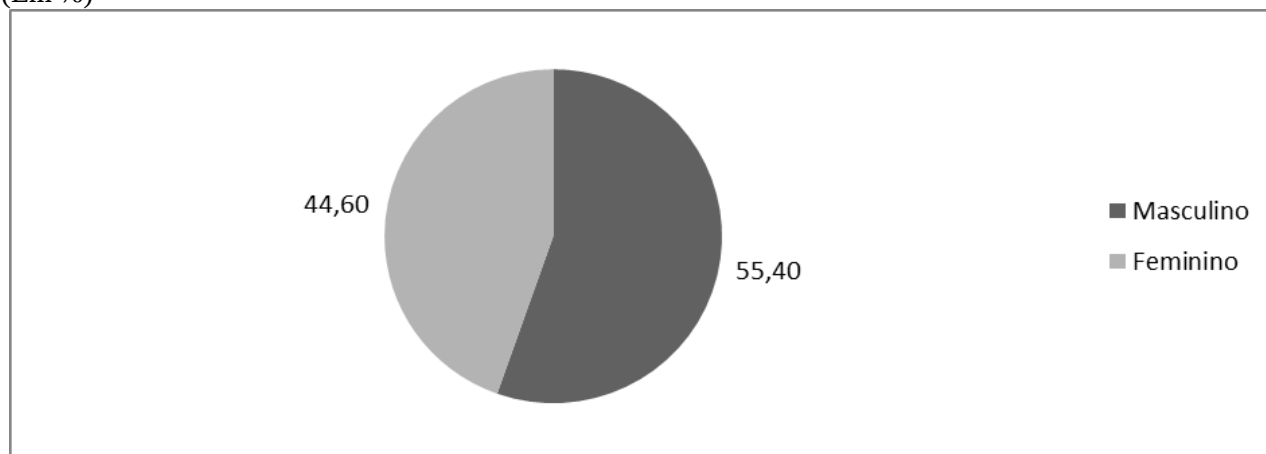
É importante assinalar que o aumento dos valores contratados por produtor não se deve a especificidades do município de Angicos. Tal fato é fruto da ampliação em nível nacional do teto dos financiamentos do PRONAF pelo governo federal. Tal medida, para alguns autores, tem sido eficiente para combater a pobreza rural (PEREIRA NETO, 2012). Aquino e Bastos (2015), porém, destacam que o microcrédito do AGROAMIGO precisa ser combinado com outras ações públicas estruturantes para potencializar seus resultados. Aplicado isoladamente, os baixos montantes emprestados, apesar do crescimento recente, têm poucos efeitos transformadores sobre a organização produtiva dos agricultores familiares pobres.

De qualquer forma, independente da sua eficácia produtiva que deve ser melhor avaliada, o AGROAMIGO apresenta aspectos inovadores que merecem ser destacados. Entre eles, talvez o

⁴ A taxa de crescimento apresentada deve ser considerada com ressalva uma vez que os valores médios dos contratos não foram deflacionados.

mais relevante seja a presença significativa de mulheres entre o público beneficiário do Programa. Conforme observa-se no gráfico 03, embora os homens ainda sejam os maiores beneficiários do microcrédito, com 55,40% dos contratos, as agricultoras do Grupo B angicanas foram responsáveis por 44,60% das operações efetivadas pelo programa entre 2006 e 2012.

Gráfico 03: Distribuição dos contratos do AGROAMIGO por sexo no município de Angicos – 2006 a 2012 (Em %)



Fonte: BNB (2013)

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação

Tudo indica que a participação das mulheres pode estar contribuindo para melhorar as condições de sustentabilidade das pequenas propriedades, já que a combinação dos empréstimos de um mesmo casal amplia o volume de investimento na unidade de produção. Além disso, segundo Magalhães e Abramovay (2006), as mulheres beneficiadas pelo microcrédito do PRONAF B no Nordeste tem mais vocação para desenvolver atividades agrícolas não tradicionais e outras atividades não agropecuárias (como cultivo de hortaliças e de plantas medicinais, artesanato, entre outras) e, dessa forma, estariam ajudando a diversificar as fontes de rendimentos das famílias mais pobres do meio rural.

No que se refere aos índices de inadimplência entre homens e mulheres, o assessor do AGROAMIGO do município pesquisado salienta que:

A taxa de inadimplência do AGROAMIGO no município de Angicos gira em torno de 3,5% a 4,0% ao ano. Eu não acredito que tenha atividade melhor ou pior que a outra, pois isso vai depender de cada indivíduo. O pagamento do empréstimo em dia também varia muito de acordo com a idoneidade do cliente. Mas as mulheres costumam honrar mais os compromissos do que os homens, elas têm mais preocupação (Entrevista concedida em fevereiro de 2014).

Se o programa avaliado tem sido bem-sucedido no município de Angicos no tocante à administração dos pagamentos dos empréstimos, o mesmo não pode ser dito em relação a sua ambição de promover a diversificação das atividades financiadas. Isto porque, 90,54% das operações realizadas concentraram-se exclusivamente na pecuária tradicional, com especial destaque para os animais de pequeno porte e para a bovinocultura (Tabela 04).

Tabela 04: Distribuição da quantidade de contratos do AGROAMIGO por tipo de atividade financiada no município de Angicos – 2006 a 2012

ATIVIDADES	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2006-2012	%
Atividades Associativas	0	0	0	0	0	0	20	20	9,01
Avicultura	0	0	0	0	0	0	10	10	4,50
Bovinocultura	26	3	2	1	2	15	2	51	22,97
Caprinocultura	0	19	7	2	12	20	13	73	32,88
Comércio Varejista	0	0	0	0	1	0	0	1	0,45
Ovinocultura	0	13	9	7	9	17	11	66	29,73
Suinocultura	0	0	0	0	0	0	1	1	0,45
TOTAL	26	35	18	10	24	52	57	222	100,0

Fonte: BNB (2013)

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação

Ao se analisar cada modalidade separadamente, observa-se que a caprinocultura está sempre à frente das outras atividades e concentra 32,88% dos empréstimos efetivados. Em seguida aparece a ovinocultura e a bovinocultura, que vem reduzindo gradativamente sua participação no número de contratos. As atividades associativas, o comércio varejista, a avicultura e a suinocultura, só começaram a ser incentivados no município a partir de 2012, ocupando um lugar marginal nas contratações.

Segundo o assessor de microcrédito entrevistado, a diminuição dos investimentos na bovinocultura ocorreu devido aos efeitos da estiagem:

Não estamos financiando animais de grande porte devido à estiagem. Não que não possa, mas a gente está orientando os clientes para que eles procurem outras alternativas. No que se refere aos caprinos e ovinos, a gente está fazendo o trabalho de reposição de rebanho, financiando no mínimo 10 animais, 9 matrizes e 1 reprodutor, que geralmente são comprados em feiras ou a terceiros (Entrevista concedida em fevereiro de 2014).

De forma complementar, a tabela 05 mostra os dados sobre a evolução do valor dos investimentos do AGROAMIGO por tipo de atividades. Seguindo a distribuição dos contratos

apresentada anteriormente, o valor dos empréstimos se concentra majoritariamente nas três atividades privilegiadas em âmbito local: caprinocultura (33,75%), ovinocultura (30,25%) e bovinocultura (17,03%). O restante do montante aplicado distribui-se entre as atividades pecuárias e não agropecuárias de menor expressão no Programa.

Tabela 05: Distribuição do valor dos contratos do AGROAMIGO no município de Angicos – 2006 a 2012 (Em R\$ 1,00)

ATIVIDADES	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2006-2012	%
Atividades associativas	0	0	0	0	0	0	50.000	50.000	11,93
Avicultura	0	0	0	0	0	0	25.000	25.000	5,96
Bovinocultura	25.428	4.066	2.700	2.000	3.600	28.600	5.000	71.394	17,03
Caprinocultura	0	27.537	10.196	4.000	23.335	43.870	32.500	141.438	33,75
Comércio Varejista	0	0	0	0	2.000	0	0	2.000	0,48
Ovinocultura	0	18.738	12.795	12.500	16.750	38.515	27.500	126.798	30,25
Suinocultura	0	0	0	0	0	0	2.500	2.500	0,60
TOTAL	25.428	50.341	25.691	18.500	45.685	110.985	142.500	419.130	100,00

Fonte: BNB (2013)

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação

Na pesquisa de campo, todos os agentes mediadores responsáveis pela organização da oferta de crédito do AGROAMIGO ressaltaram a importância do financiamento e do desenvolvimento da pecuária no município de Angicos. Contudo, nota-se que as atividades não agropecuárias, como, por exemplo, o turismo rural, o artesanato e os serviços em geral, não têm recebido a merecida atenção como formas viáveis de diversificação das fontes de renda das famílias do campo. Nas palavras do assessor de crédito do programa:

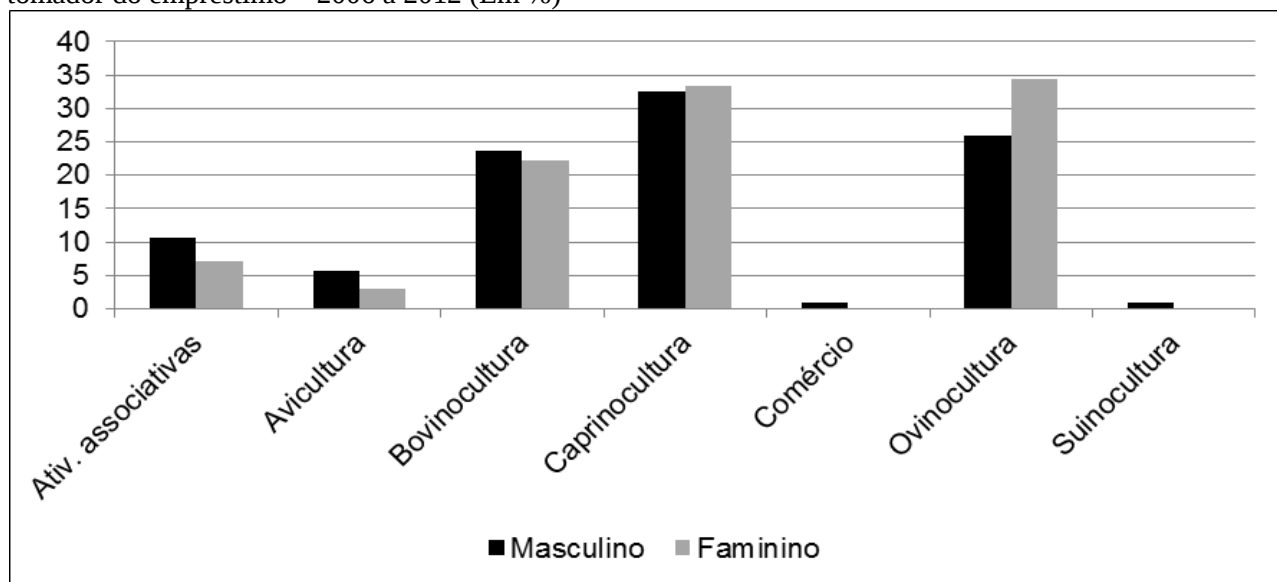
Com relação à bovinocultura, desde a implantação do AGROAMIGO vem sendo registrada uma queda das contratações nessa atividade. Isso ocorreu porque surgiu uma demanda no mercado pela carne de caprinos e ovinos que aumentou o número de financiamentos para essas duas atividades, até por se tratar de animais mais tolerantes à seca e que requerem menos cuidados do que os bovinos. Temos alguns clientes que financiam outras atividades não agrícolas no município de Angicos, mas acredito que o número de clientes poderia até aumentar nessas atividades. Para isso, precisa que as pessoas tenham um mínimo de capacitação e conhecimento nessas atividades para que elas possam ser financiadas (Entrevista concedida em fevereiro de 2014).

Sem nenhuma forma de estímulo específica, o gráfico 04 sinaliza que as atividades pecuárias predominam tanto entre os agricultores como entre as agricultoras angicanas. Nesse contexto, o que Magalhães e Abramovay (2006) constataram no Nordeste como um todo não se aplica ao município de Angicos. Isso porque tais autores evidenciaram que as aplicações creditícias das mulheres nordestinas, de um modo geral, se concentravam em atividades não agrícolas, e, em



Angicos, as agricultoras aplicam os recursos dos empréstimos bancários praticamente nas mesmas atividades pecuárias desenvolvidas por seus maridos, provavelmente induzidas por eles ou pela orientação das normas bancárias.

Gráfico 04: Perfil das atividades financiadas pelo AGROAMIGO no município de Angicos por sexo do tomador do empréstimo – 2006 a 2012 (Em %)



Fonte: BNB (2013)

Nota: Dados obtidos por meio da Lei de Acesso a Informação

Deve-se notar que, em princípio, não há nenhum problema em financiar atividades pecuárias no semiárido nordestino. Afinal, como aponta Andrade (2005), a criação de animais faz parte da cultura sertaneja. A questão principal é que, na maioria dos casos, os investimentos não são acompanhados de ações paralelas visando dotar as propriedades das condições mínimas para garantir a alimentação do rebanho nos períodos de estiagem. Essa situação deixa os produtores vulneráveis às variáveis climáticas e amplia os riscos de endividamento. Dessa forma, o predomínio das contratações na pecuária, em detrimento de outras atividades agropecuárias e não agropecuárias, representa a perda de uma boa oportunidade de diversificar as fontes de rendas das famílias pobres (AQUINO; BASTOS, 2015; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006).

Apesar das questões levantadas até aqui, os atores locais avaliam positivamente o AGROAMIGO no município de Angicos, mas questionam a sua falta de sinergia com outras políticas governamentais de apoio ao desenvolvimento rural. Essa visão não é evidente, entretanto, na fala otimista do assessor de crédito do Programa:

Eu vejo o AGROAMIGO como um programa de inclusão financeira que ajuda as pessoas a saírem da linha da pobreza e incentiva as pessoas a ficarem na zona rural,

já que ele financia atividades agropecuárias e não agropecuárias, contanto que seja na zona rural, a expansão da carteira de Angicos, promove o desenvolvimento da zona rural. A maior dificuldade do programa AGROAMIGO é a sazonalidade porque há períodos prolongados de estiagem. Outra dificuldade é a cultura do não pagamento que já está sendo solucionada devido à metodologia do programa (Entrevista concedida em fevereiro de 2014).

Já para o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), o agricultor que acessa apenas o microcrédito e não tem acesso a outras políticas públicas, como o Bolsa Família, a aposentadoria rural, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dificilmente consegue superar a pobreza e melhorar de vida. Na opinião dele: “O homem do campo precisa de todas essas políticas sociais, o crédito é apenas mais uma conquista para melhorar a renda familiar, para que o trabalhador tenha uma vida mais digna onde vive” (Entrevista concedida em fevereiro de 2014).

O chefe do escritório da EMATER local, por sua vez, também defende que o AGROAMIGO por si só não é suficiente para retirar famílias do Grupo B da situação de pobreza e, além disso, destaca o gargalo da falta de assistência técnica especializada que limita a evolução dos produtores. Nas suas próprias palavras:

Existe uma limitação técnica no tocante à formação profissional dos assessores de microcrédito, haja vista que são contratados apenas técnicos agrícolas e agropecuários para a realização das atividades da instituição AGROAMIGO, limitando a sua atuação a elaboração de crédito para atingir metas. Para potencializar os resultados do programa, seria necessária a contratação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como médico veterinário, zootecnista, assistente social, pedagogo, nutricionista, engenheiro agrônomo, entre outros, a fim de proporcionar uma assistência técnica de qualidade (Entrevista concedida em fevereiro de 2014).

Deste modo, percebe-se que o programa de microcrédito produtivo rural orientado AGROAMIGO tem muitos desafios pela frente no município de Angicos. Para entendê-los mais profundamente, é preciso verificar em que medida as atividades financiadas estão contribuindo efetivamente para melhorar as condições de vida das famílias beneficiadas. O fato é que a padronização dos contratos do programa na pecuária apresenta um escopo limitado, como já mostrou a experiência anterior da metodologia do PRONAF B. Ademais, sem integração com outras políticas públicas de assistência técnica, de apoio à comercialização, de acesso à terra, entre outras, dificilmente a meta de superar a pobreza rural será alcançada, apesar das visões otimistas que acreditam que o acesso da população pobre a pequenos montantes de crédito é capaz de superar



em um curto espaço de tempo o drama social que vitima gerações de agricultores marginalizados pelo Nordeste afora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi estudar a evolução do programa de microcrédito rural AGROAMIGO no município de Angicos, tentando assim analisar o processo de implantação e os limites dessa política pública de desenvolvimento rural adotada pelo governo federal em favor das famílias pobres abrigadas majoritariamente na região Nordeste e no norte de Minas Gerais.

Grosso modo, a pesquisa evidenciou que o AGROAMIGO está operacionalmente consolidado no município pesquisado. Embora tenha apresentado um declínio das operações na fase inicial de sua implantação, o programa mostra sinais de expansão, inclusive assegurando a participação das mulheres do campo entre seu público beneficiário que tem buscado honrar os compromissos com o banco nas datas acertadas, mantendo baixo o índice de inadimplência.

O raio de cobertura do AGROAMIGO ainda está distante de alcançar todo o universo de agricultores familiares pobres angicanos, haja vista que a média anual de atendimento do público potencial do programa gira em torno de 60% da clientela estimada a partir do Censo Agropecuário do IBGE. Esse dado sinaliza a dificuldade das políticas governamentais de atingir de forma uniforme as populações pobres do campo, mesmo nas pequenas localidades.

Outros limites observados na pesquisa se referem ao tipo de investimento realizado via empréstimos do AGROAMIGO e a articulação do microcrédito com as demais ações de desenvolvimento rural. Apesar do crescimento do número de contratos e do volume de recursos aplicados, tal política tem apresentado uma baixa diversificação das atividades financiadas e pouca integração com outros programas governamentais.

Ao longo dos seus primeiros sete anos de operacionalização no município de Angicos, o programa tem concentrado seus esforços preponderantemente no apoio às atividades pecuárias, que se destacam tanto entre as contratações feitas pelos agricultores como pelas agricultoras angicanas. Outras atividades agrícolas não tradicionais, como a apicultura, ou atividades não agropecuárias (como turismo rural, artesanato, etc.), têm recebido pouca ou nenhuma atenção.

A concentração dos investimentos do microcrédito rural em um conjunto limitado de atividades pecuárias tradicionais sinaliza uma padronização dos projetos financiados que pouco

contribui para diversificar as fontes de rendas dos agricultores familiares pobres. Uma pesquisa de campo, com os beneficiários da política estudada, pode evidenciar os efeitos dessa estratégia setorial e revelar os fatores que bloqueiam seu desempenho.

De qualquer maneira, afóra a visão otimista do agente financeiro responsável por alcançar as metas de contratações estabelecidas a cada ano, parece não restar dúvida entre os mediadores locais que, isoladamente, o AGROAMIGO tem poucas chances de atingir seu objetivo maior que é superar a situação de pobreza de seus clientes. O problema é que na localidade pesquisada essa integração ainda é bastante tênue, o que limita os impactos das medidas empreendidas. Portanto, o sucesso do referido Programa, em Angicos e nos demais municípios onde este se encontra presente, está atrelado à capacidade dos atores sociais em promover (ou não) a sinergia do microcrédito com as demais políticas de apoio à agricultura familiar em andamento no país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do Agroamigo. *In*: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Orgs.). **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 369-389.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

AQUINO, J. R. *et al.* Dimensão e localização do público potencial do Pronaf “B” no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49, Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte/MG: SOBER, 2011. (CD-ROM).

AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. 167-188, 2014.



AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa AGROAMIGO na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v. 46, suplemento especial, p. 139-160, jul./2015.

BNB. **Relatório do Agroamigo 2010**. Fortaleza: BNB, 2011.

_____. **Relatório do Agroamigo 2011**. Fortaleza: BNB, 2012.

_____. **Relatório 2012 dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2013.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. Agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 127-157, abr./2010.

EMPARN. **Análise das chuvas acumuladas nos municípios do Rio Grande do Norte em 2012**. Natal: Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN, 2014. Disponível em: <<http://189.124.135.176/monitoramento/2012/mapas/mapaRN.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

FIERN. **Mapas do Rio Grande do Norte**: classificações regionais. Natal/RN, 2000.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 26 out. 2012.

IDEMA-RN. **Perfil do seu município**: Angicos/RN. 2008. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000016661.PDF>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

MACIEL, H. M. et al. O impacto do programa de microcrédito rural (Agroamigo) na melhoria das condições das famílias beneficiadas no estado do Ceará: um estudo de caso. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 559-586, jul./set. 2009.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. São Paulo: MDA/FIPE, 2006. 25p.

MAIA, G. B. S.; ROITMAN, F. B.; DE CONTI, B. M. Pronaf B: evolução e metodologias. **Informativo Técnico Agris BNDES**. [S. l.], n. 2, p. 1-16, fev. 2012.

MAIA, G. B. S. et al. O Pronaf B e o financiamento agropecuário nos Territórios da Cidadania do semiárido. **Revista do BNDES**. [S. l.], n. 37, p. 177-214, jun. 2012.

MAIA, G. B. S.; PINTO, A. R. AGROAMIGO: uma análise de sua importância no desempenho do PRONAF B. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v. 46, suplemento especial, p. 9-20, jul./2015.

NUNES, E. M. et al. Microcrédito, infraestrutura e desenvolvimento rural: o AGROAMIGO investimento e custeio na agricultura familiar de territórios do Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v. 46, suplemento especial, p. 55-71, jul./2015.

PEREIRA NETO, A. BNB – Agroamigo: uma bem-sucedida política pública de combate à pobreza no meio rural do Nordeste do Brasil. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Org.). **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 229- 243.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/angicos_rn>. Acesso em: 23 jan. 2014.

VITAL, T.; MELO, A. O AGROAMIGO em Pernambuco: alguns resultados. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v. 46, suplemento especial, p. 123-138, jul./2015.



Recebido em 30 de novembro de 2016
Aprovado em 01 de julho de 2017

